



O ensino de História na Escola Normal de Niterói (1896-1900): notas de pesquisa

Cristiane Kozlowsky Neves*

Ao longo do século XIX, a região que hoje conhecemos como cidade de Niterói sofreu grandes transformações. No início do Oitocentos, a localidade foi elevada à categoria de Vila Real da Praia Grande (1819) e, em 1834, após o Ato Adicional à constituição de 1824, a cidade de *Nictheroy* tornou-se a capital provincial. No entanto, é nos primórdios da República, sob o impacto dos bombardeios promovidos pela Revolta da Armada,¹ que a cidade foi, aos poucos, sendo reconstruída e deixando de ter uma estrutura semirural para, no início do século XX, ter um aspecto mais urbano.

No decorrer do governo de Nilo Peçanha (1903-1906), foi iniciada uma importante reforma urbana em Niterói que procurava seguir os padrões das obras realizadas na capital federal. Deste modo, durante o processo de consolidação da cidade como moderna e capaz de abrigar uma capital, duas grandes intervenções estruturais foram colocadas em prática: a construção do porto e da Praça da República. Reservamos um olhar mais atencioso para a Praça. A partir da necessidade de os governantes reunirem as instituições administrativas da capital em um só lugar, os prédios da Assembleia Legislativa, do Palácio da Justiça, da Secretaria de Segurança, da Biblioteca Estadual e da Escola Normal foram reunidos em torno da Praça da República.

Durante a Primeira República, o conjunto arquitetônico em torno das praças, dentre os quais, prédios escolares, faziam parte de um conjunto de símbolos que consagravam o novo regime. Eram construídos com o intuito de serem

templos de civilização, onde conhecimentos, sentimentos e valores seriam ensinados a todo o povo. Mais que isso, deveriam constituir lugares estratégicos para a produção de uma nova moral que buscava fundamentalmente o amor à pátria republicana. (GOMES, 2002, p. 394-395).

De acordo com a pesquisa de Ariadne Lopes Ecar, a ausência de um edifício para abrigar a Escola Normal de Niterói era assunto recorrente nos relatórios dos presidentes de província. Fundada em 1835, a escola funcionou em diversos endereços. Em 1918, a Escola



Normal estava instalada em um prédio próprio construído especialmente para ela, na Praça da República.

Atualmente, no prédio construído em 1918, funciona a Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha. Nesta escola há um arquivo onde encontramos o material que pertenceu à antiga Escola Normal de Niterói, que, outrora, funcionava naquele prédio. Embora as condições de funcionamento e acesso ao arquivo sejam bem complicadas, lá encontramos um vasto material até então pouco explorado pelos pesquisadores.

No campo da História da Educação, as pesquisas sobre a cultura escolar (FARIA FILHO et al., 2004, p. 139-159) e os saberes escolares ampliaram as possibilidades de estudo a partir da utilização de fontes diversificadas. Por este motivo, faz-se urgente a preservação da escassa documentação contida nos arquivos das escolas. Muitas vezes tais documentos são considerados desnecessários – por isso, descartáveis – por funcionários despreparados para organizar e compreender a importância do acervo.

O contato com o arquivo da Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha colocou à nossa disposição um número relevante de textos escritos pelos alunos da Escola Normal de Niterói. Os textos estão contidos em exames de diversas disciplinas escolares.² Algumas provas são para admissão ao curso normal, enquanto outras são provas finais para conclusão do curso, datadas de fins do século XIX e início do século XX.

Além dos exames de diversas disciplinas, observamos que a documentação presente no arquivo do Liceu é bastante diversa, sendo composta por diferentes tipologias documentais, dentre as quais: inventários; termos de posse de funcionários; pedidos dos pais para submissão dos filhos à prova de admissão; atestados médicos; certidões de idade; cópias de assentamentos etc.

Algumas indagações surgiram diante do vasto material encontrado no acervo em questão. Afinal, em fins do século XIX, qual era a concepção de História que predominava na Escola Normal de Niterói? Quais eram os conteúdos ensinados relacionados a esta disciplina? Por que alguns assuntos eram abordados e outros sequer mencionados? Qual era o quantitativo de formandos em fins do século XIX? Quais materiais didáticos serviam de referência para estudar História naquela instituição? Quem eram os professores que ensinavam essa disciplina?



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016
ISSN: 2179-5665



Em razão de tais inquietações, o presente trabalho toma como foco de interesse a concepção de história presente na Escola Normal Niterói. Ou seja, por meio da análise dos exames finais realizados pelos normalistas ao longo da última década do século XIX, pretendemos compreender qual a concepção de História que prevaleceu no ensino de história daquela instituição. O recorte cronológico inicial desse trabalho foi delimitado a partir de 1896, pois se trata do ano de realização do exame mais antigo que encontramos no acervo do Liceu. O marco temporal final da pesquisa é o ano de 1900, momento em que ocorreu uma reforma na instrução pública que levou a uma reorganização do currículo da Escola Normal.³

Em meio aos autores que utilizaremos para operacionalizar nosso trabalho de pesquisa, gostaríamos de destacar as contribuições dadas pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, considerado um dos grandes ícones da corrente historiográfica conhecida como micro história. Este autor inaugurou um viés interpretativo que se convencionou chamar paradigma indiciário. Na obra *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, Ginzburg procurou demonstrar a importância dos indícios/resíduos para o processo de constituição e análise dos objetos de pesquisa na área de História. Para tanto, destacou a importância da realização de uma leitura atenta por parte dos pesquisadores quando em contato com as fontes, especialmente dos aspectos que, à primeira vista, poderiam ser considerados secundários ou marginais.

O potencial revelador que tais indícios possuem, na opinião de Ginzburg, o leva a ser bastante direto em suas recomendações quanto à necessidade de os pesquisadores apurarem o olhar em relação à presença de vestígios quase imperceptíveis aos olhos da maioria. Para o autor, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (1989, p. 177). Nesta proposta metodológica, a partir da redução na escala de observação, um detalhe específico pode responder questões gerais e de interesse amplo para a sociedade da época. Neste sentido, objetivamos construir uma pesquisa histórica capaz de rastrear apagamentos, observando nas entrelinhas dos vestígios encontrados os seus contextos de produção. Para tanto, será fundamental a crítica dos documentos coligidos e o entrecruzamento entre fontes diversas.

Deste universo de exames encontrados no arquivo, selecionamos para esta pesquisa as provas finais de História do Brasil e História Universal, datadas entre os anos de 1896 e 1900,



IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



com o objetivo de investigar qual era a concepção de História que predominava na Escola Normal de Niterói nos anos iniciais da Primeira República. Em um primeiro momento, fizemos uma coleta das questões contidas nos exames para facilitar o trabalho de identificação dos conteúdos da disciplina de História presentes nas fontes selecionadas, como consta no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Questões presentes nos exames de História Universal e História do Brasil

Ano	Disciplina	Questão	Quantidade
1896	História Universal	Período pré-histórico. Os primeiros homens. As primeiras ideias de civilização. A História e a sua divisão	8
1897	História do Brasil	Primeira divisão do Brasil em dois governos gerais e subsequente reunião em um só. Os jesuítas como elemento de civilização no Brasil	8
1898	História do Brasil	As invasões francesas do século XVIII	6
1898	História Universal	Guerras médicas Grécia e Roma	6
1898	História Universal	História Antiga Alexandre até a morte de Dario História Média Os servos e os vilões História Moderna Notícia sobre Luiz XI	6
1899	História do Brasil	Diogo de Menezes. Divisão do Brasil em dois governos. Subsequente reunião em um só.	6
TOTAL			40

Fonte: Arquivo do colégio estadual Liceu Nilo Peçanha

Ao considerarmos os exames selecionados como uma amostragem indicadora de um certo discurso historiográfico que estava em circulação no Brasil durante a década de 1890,



torna-se fundamental pesquisar o quantitativo de normalistas que se formaram durante o período investigado. Neste sentido, concordamos com Bernadete A. Gatti (2005, p. 13), pois, a pesquisadora afirma que combinação de informações quantitativas com dados procedentes de metodologias qualitativas enriquece a compreensão a respeito de eventos, fatos, processos.

Em nossas pesquisas iniciais foi possível observar que as quarenta provas selecionadas foram realizadas por um número de alunos inferior a quarenta. O aluno que fez um exame de História Universal, no ano seguinte, se submeteu ao exame de História do Brasil. Entretanto, será necessário investigar quantos alunos realizaram os exames da disciplina História em cada ano, do mesmo modo torna-se relevante averiguar o quantitativo de formandos. A busca por tais dados é fundamental para situarmos a amostra em um universo social maior que ainda não foi possível ter acesso. Para tanto, serão consultados outros acervos como, por exemplo, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Para a análise do conteúdo das provas finais aqui apresentadas, ressaltamos os constrangimentos e as acomodações presentes nas respostas dadas. Além disso, sabemos que as questões das provas da Escola Normal de Niterói eram selecionadas por sorteio, e não temos conhecimento de quais eram as outras perguntas consideradas relevantes, ou seja, os demais conteúdos estudados, tampouco suas possíveis respostas.

Outro ponto importante é o fato de haver provas orais para disciplina História. Até o momento, não encontramos registros sobre as sabatinas referentes às provas de História, o que nos impede de saber quais conteúdos eram exigidos. Na lateral esquerda de todos os exames estão registradas as avaliações das provas escritas e orais feitas pelos professores com suas respectivas assinaturas. Observamos quais eram os conceitos presentes nas provas: *má*, *sofrível*, *boa* ou *ótima*. De acordo com a pesquisa de Ariadne Ecar (2011, p. 155-156), os conceitos atribuídos para conclusão do ano letivo eram: *aprovado simplesmente*, *aprovado plenamente* ou *aprovado com distinção*. O conceito *aprovado simplesmente* era o grau mais baixo para ser habilitado para a prova oral.

A intenção de modernizar e civilizar a sociedade brasileira seguindo os padrões europeus foi a base para muitos debates ocorridos entre intelectuais e políticos em fins do século XIX. Do mesmo modo, esta virada de século foi um momento relevante para a construção de um campo de estudos históricos. A concepção de História pautada pelo



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016
ISSN: 2179-5665



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), bem como o Ensino de História voltado para a construção do Estado-nação, são questões fundamentais para este estudo.

Os exames que foram selecionados para esta pesquisa serão uma importante fonte para compreendermos, a partir da análise dos conteúdos presentes nas provas de História exigidos para avaliação final, qual era o discurso historiográfico que mais se evidenciava naquele contexto. Contudo, sabemos que apesar de os lugares de produção das chamadas “ciências de origem” serem, em tese, a base das diversas disciplinas escolares, ao olharmos para a escola compreendemos tal instituição como um local de criação e não somente como um lugar de transmissão de saberes elaborados fora dos seus muros. O fato de a escola transmitir uma parte da memória social, não necessariamente legitimada pela academia, certamente enriquecerá nossa análise das fontes selecionadas. Em consonância com André Chervel, consideramos conteúdos de ensino como:

entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história. (1990, p. 180).

Consideramos como outra etapa importante para o desenvolvimento desta pesquisa a investigação sobre quem eram os professores de história da Escola Normal de Niterói em fins do século XIX. Até o momento, conseguimos identificar algumas assinaturas presentes nos exames analisados, como, por exemplo, a assinatura de: Aleixo dos Santos, Guilherme Briggs e Francisco Varella. Isto foi possível porque cruzamos tais assinaturas com o livro encontrado no acervo que contém os termos de posse dos funcionários a partir da década de 1890. Neste livro, há o nome do funcionário que será empossado escrito de maneira legível, o cargo que irá exercer e, logo abaixo, a sua assinatura.

Ressaltamos que esta fase da pesquisa está em andamento e por esse motivo ainda não foi possível identificar todas as assinaturas presentes nas provas. Outros acervos serão consultados com o intuito de completar o quadro docente da instituição referida. Sabemos sobre a existência dos Relatórios dos Diretores de Instrução Pública e dos Relatórios dos Presidentes de Estado que podem conter em anexo maiores detalhes sobre os professores da Escola Normal de Niterói. Este levantamento será feito no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



Em um momento no qual não havia exigência de qualquer formação específica para o ensino de História, sabemos que os docentes tinham instruções variadas e muitas vezes distantes da disciplina que lecionavam. Em nossas investigações, foi possível observar que alguns ex-alunos da Escola Normal de Niterói, logo após se formarem, tornavam-se professores da instituição. Não há indícios de que tenha ocorrido uma especialização voltada para a disciplina que vieram a assumir. Deste modo, é relevante aprofundar o conhecimento sobre os docentes que participaram do ritual de avaliação do qual os exames selecionados são um importante fragmento. Tomar conhecimento sobre sua formação intelectual e sua atuação institucional pode ser uma peça chave para compreendermos o modelo historiográfico que alcançava a sala de aula da escola fluminense.

Observar os movimentos das disciplinas História do Brasil e História Universal no currículo da Escola Normal de Niterói também é um indício sobre a relevância – ou não – destas disciplinas para formação de professores naquele contexto histórico. A partir das reflexões de Ivor F. Goodson, compreendemos que o currículo não é um dado, mas uma construção social atravessada por disputas. Tais disputas podem ser externas, isto é, ligadas a questões políticas e sociais ou podem ser internas, ou seja, derivadas do interior do campo científico e/ou profissional – comumente relacionadas às questões teórico-metodológicas.

As disciplinas de História Universal e de História do Brasil não tinham um espaço amplo e definido no currículo da Escola Normal de Niterói. No currículo de 1892 da referida escola, percebemos que as disciplinas de História e Geografia eram oferecidas em conjunto durante os dois primeiros anos do curso. A partir de 1893, o ensino de História Universal e História do Brasil passou a ser um bloco separado do ensino de Geografia e constava como matéria do segundo ano da Escola Normal. No currículo de 1900, o Ensino de História Universal foi separado do Ensino de História do Brasil e ambos passaram a ser ensinados no decorrer de anos letivos diferentes.

Observamos que no currículo do ano de 1892, a disciplina Instrução Moral e Cívica esteve presente durante os quatro anos de duração do curso. Enquanto isso, nos currículos do ano de 1893 e de 1900, tal disciplina passou a constar apenas nos dois últimos anos de formação. Dito isso, verificamos que enquanto a disciplina História ganhava extensão e autonomia dentro do currículo, Moral e Cívica foi paulatinamente perdendo espaço.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



Em um contexto de construção do Estado-nação, buscava-se ensinar na escola conteúdos que dessem conta de uma formação que contribuísse para o desenvolvimento de um sentimento patriótico. A existência da disciplina Moral e Cívica no currículo no decorrer de diferentes momentos históricos é um indício deste projeto. Nesse sentido, na escola dos anos iniciais da República, a História Pátria passou a partilhar conteúdos relacionados à moralidade e ao civismo, tornando-se uma espécie de complemento da educação Moral e Cívica. Por este motivo, ambas desempenharam um papel importante para a realização das comemorações cívicas e a imposição de certas regras de conduta (SOUZA, 2000, p. 9-28).

Para completar este estudo, precisaremos seguir os rastros que nos aproxime dos materiais didáticos utilizados para ensinar história na Escola Normal de Niterói. Deste modo, o próximo passo da pesquisa será o trabalho de levantamento dos manuais de História de fins do século XIX. Até o momento, não sabemos quais livros didáticos eram utilizados na referida escola, mas encontramos alguns vestígios relevantes. Uma pista foi o uso da obra *Da educação* (1829), de Almeida Garret, como referência para definir o que é História. Encontramos uma citação da obra de Garret em duas provas da disciplina de Metodologia realizadas no ano de 1898. Outro vestígio encontrado foi um inventário da biblioteca da escola datado do ano de 1896 em que consta o nome das obras, o país de origem do livro, o idioma e a quantidade de exemplares.

De modo geral, a produção dos manuais de história ao longo do século XIX era feita por intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Joaquim Manoel de Macedo, por exemplo, escreveu a primeira obra didática nacional para ensinar história. Macedo, autor do afamado romance *A moreninha* (1844), foi poeta, romancista, médico, historiador e professor. Em 1845, entrou para o IHGB como membro efetivo, participando do momento fundador da historiografia brasileira. Como professor do Colégio Pedro II e integrante do IHGB, foi pioneiro na elaboração de importantes manuais didáticos que na época serviam de referência importante para o Ensino de História.

Nos anos iniciais da Primeira República, a ausência de uma grande obra didática que desse conta da História nacional nos termos do novo regime, deu margem para que alguns livros didáticos escritos no período precedente continuassem a ser referência nas escolas. Por este motivo, os manuais de Joaquim Manuel de Macedo, que em muitos aspectos sintetizavam



a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, foram revisadas em 1905, por Olavo Bilac, e, entre 1914 e 1922, por Rocha Pombo.

As pesquisas sobre importantes obras de referências didáticas para ensinar história no século XIX e seus autores têm avançado. Certamente, debruçar-se sobre a historiografia atualizada relativa aos manuais de história, além da leitura dos próprios livros escolares da época é uma etapa valiosa desta pesquisa. O confronto entre os manuais, produzidos, em sua maioria, por intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, os exames de história realizados na Escola Normal de Niterói será um passo importante para seguirmos o fio que nos leve à percepção da concepção de história predominante na escola fluminense.

Em síntese, a análise do conteúdo das provas será feita à luz dos passos anteriores. Isto significa dizer que, os exames serão situadas no âmbito do contexto da Escola Normal, no âmbito da formação dos professores e de acordo com a análise dos manuais de História. Nos exames, serão selecionados categorias e trechos expressivos da concepção de História prevalecte com o cuidado metodológica de investigar de que modo e por qual motivo um determinado texto foi escrito.

Bibliografia:

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói urbano: a construção do espaço da cidade. In: MARTINS, Ismênia de Lima; KNAUSS, Paulo (orgs.). *Cidade Múltipla: temas de História de Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado)- FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 1990, v. 2, p. 177-229.

ECAR, A. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: a formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915). 2011. Dissertação de Mestrado – UERJ, Rio de Janeiro, 2011.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**
POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D.; GONÇALVES, I.; PAULILO, A. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 1, São Paulo, 2004, p. 139-159.

GARRETT, Almeida, Da educação. - [1ª ed.]. - Londres : Sustenance e Stretch, 1829.
GATTI, Bernardete. Estudos Quantitativos em Educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2005.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas, sinais, Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, A. de C. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D.; ALBERTI, V. (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. “É a História uma ciência?”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

GOODSON, Ivor F.. *A construção social do currículo*. Lisboa: EDUCA, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. Nação e civilização dos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. (Coleção Aprendizado do Brasil; 1) Rio de Janeiro. Access. 2000.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da Nação: professoras primárias na Primeira República*. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, RJ. Anais eletrônicos, RJ, UFRJ, 2000.

NADAI, E. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 1992-ago. 1993, p. 143-162.

SCHUELER, Alessandra F.; MAGALDI, A. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*. Outubro, 2008, nº 26. p. 32-55.

SOUZA, R. de F. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, nº 51, novembro/2000. p. 9-28.

VILLELA, Heloísa. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de Pádua C. (Orgs.). *As Escolas Normais no Brasil, do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

**POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
*na pesquisa e no ensino de História***

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



* Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2014). Em março de 2016, iniciou o curso de Pós-graduação a nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do CNPq. E-mail: <cris_kozlowsky@hotmail.com>

¹ A Revolta da Armada – teve duração de seis meses entre os anos de 1893 e 1894 – foi liderada pela marinha que exigia a renúncia do presidente Marechal Floriano Peixoto. Esta exigência era baseada na Constituição de 1891. Após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, que governava provisoriamente, deveria ter ocorrido uma eleição para presidente, não foi o que aconteceu. A partir da eclosão da Revolta, Niterói passou a ser palco de violentos combates.

² Até o momento encontramos exames das seguintes disciplinas: Álgebra; Aritmética; Geometria; Português; Literatura; Geografia; Moral e Cívica; História Universal; História do Brasil (ou História Pátria); Corografia do Brasil e Cosmografia; História Natural (História Natural e Química – a partir de 1898); Química (a partir de 1900); Física; Francês; Pedagogia (às vezes aparece junto com a matéria de Metodologia); Metodologia; Música; Caligrafia e Desenho; Costura/ Trabalhos de agulha; e, Agronomia e Economia Rural.

³ De acordo com Ariadne Lopes Ecar (2011, p. 98-99), tratou-se do decreto nº 588, de 25 de janeiro de 1900, expedido e assinado por Alberto Torres.